

Proposta orçamentária para 2013 no contexto das finanças estaduais e cenário para 2015

Darcy Francisco Carvalho dos Santos

Economista

Setembro/2012

Receitas totais previstas para 2013

Em R\$ 1.000,00

Especificação	Valor	%
Receitas correntes	43.689.424	
(-) Intraorçamentárias (*)	7.348.190	
Subtotal	36.341.233	96%
Receitas de capital	1.564.130	4%
Total sem duplicidade	37.905.363	100%
Total com duplicidade	45.253.554	
Fonte: Proposta orçamentária para 2013.		

Tab. 3.1. Principais agregados de despesa para 2011 e 2012

Em R\$ 1.000,00 correntes

ESPECIFICAÇÃO	PLOA 2012	PLOA 2013	VARIAÇÃO	
			NOMINAL	REAL (**)
Pessoal e enc.sociais (*)	16.243.017	17.974.134	10,7%	5,9%
Outras despesas correntes	6.114.740	7.589.469	24,1%	18,8%
Transferências C.L.Municípios	6.385.244	7.045.428	10,3%	5,6%
Serviço da dívida	2.688.769	2.857.454	6,3%	1,7%
Investimentos sentido amplo	1.977.482	2.438.878	23,3%	18,0%
TOTAL	33.409.252	37.905.363	13,5%	8,6%
Pessoal + ODC	22.357.757	25.563.603	14,3%	9,4%
RCL (***)	26.002.492	28.094.528	8,0%	3,4%
Res. sem as receitas fictícias (****)		1.201.277		

Fonte: Proposta orçamentária para 2013.

(*) Inclui a reserva de contingência.

(**) Descontada a inflação considerada no PLOA de 4,5%.

(***) Receita corrente - transferências aos municípios - receitas fictícias.

(****) Sem considerar que a despesa com pessoal está subestimada entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bilhão.

Receitas previstas para 2012 e 2013 e grau de realização (*) até outubro/2012

Valores em R\$ 1.000,00.

Receitas	Orçamento 2012	Proposta 2013	Varição nominal	Varição real	GR (*) out-12	Part. 2013 (***)	VN efetiva
RECEITAS CORRENTES	32.387.736	36.341.233	12,2%	7,4%	0,930	100,0%	20,7%
Próprias	29.062.627	32.772.284	12,8%	7,9%	0,950	90,2%	18,7%
Tributárias	24.904.781	27.525.211	10,5%	5,8%	0,966		14,4%
ICMS	20.795.420	22.896.608	10,1%	5,4%	0,973		13,2%
Outras	4.109.361	4.628.603	12,6%	7,8%	0,923		22,0%
Demais próprias (**)	4.157.846	5.247.073	26,2%	20,8%	0,570		121,4%
Transferências	3.325.109	3.568.949	7,3%	2,7%	0,900	9,8%	19,3%
Participação nas rec.União	2.523.341	2.577.235	2,1%	-2,3%	0,826		23,7%
SUS	901.897	995.991	10,4%	5,7%	0,967		14,2%
Demais	506.163	648.089	28,0%	22,5%	0,795		61,1%
(-) Perdas do Fundeb	(606.292)	(652.366)	7,6%	3,0%	1,159		-7,2%
RECEITAS DE CAPITAL	1.021.515	1.564.130	53,1%	46,5%	0,440		248,0%
Operação de crédito	639.245	1.027.673	60,8%	53,8%			
Transferências federais	340.294	495.836	45,7%	39,4%	0,290		402,4%
Outras	41.976	40.621	-3,2%	-7,4%			
TOTAL RECEITAS	33.409.251	37.905.363	13,5%	8,6%	0,920		23,3%

Fonte: Orçamento 2012 e Proposta 2013 e site da Sec.Fazenda.

(*) Realização efetiva/previsão proporcional.

(**) Demais compensações financeiras: R\$ 1.201.277 mil

(***) Participação das transferências em 2006: 12,6%. Perda: R\$ 1 bilhão.

VN = Variação nominal = $[V13/(V12 \times GR) - 1]$

Perda de receita com os incentivos do Governo Federal

Descrição		R\$ milhões
CIDE (alíquota zerada) *		70.187
ICMS energia (**)	1,93%	441.447
IPI s/veículos e outros	????	
Total		511.634
(*) Arrecadada em 2011 R\$ 118,5 milhões.		
(**) 20% x 9,64%.		

Investimentos previstos para 2013

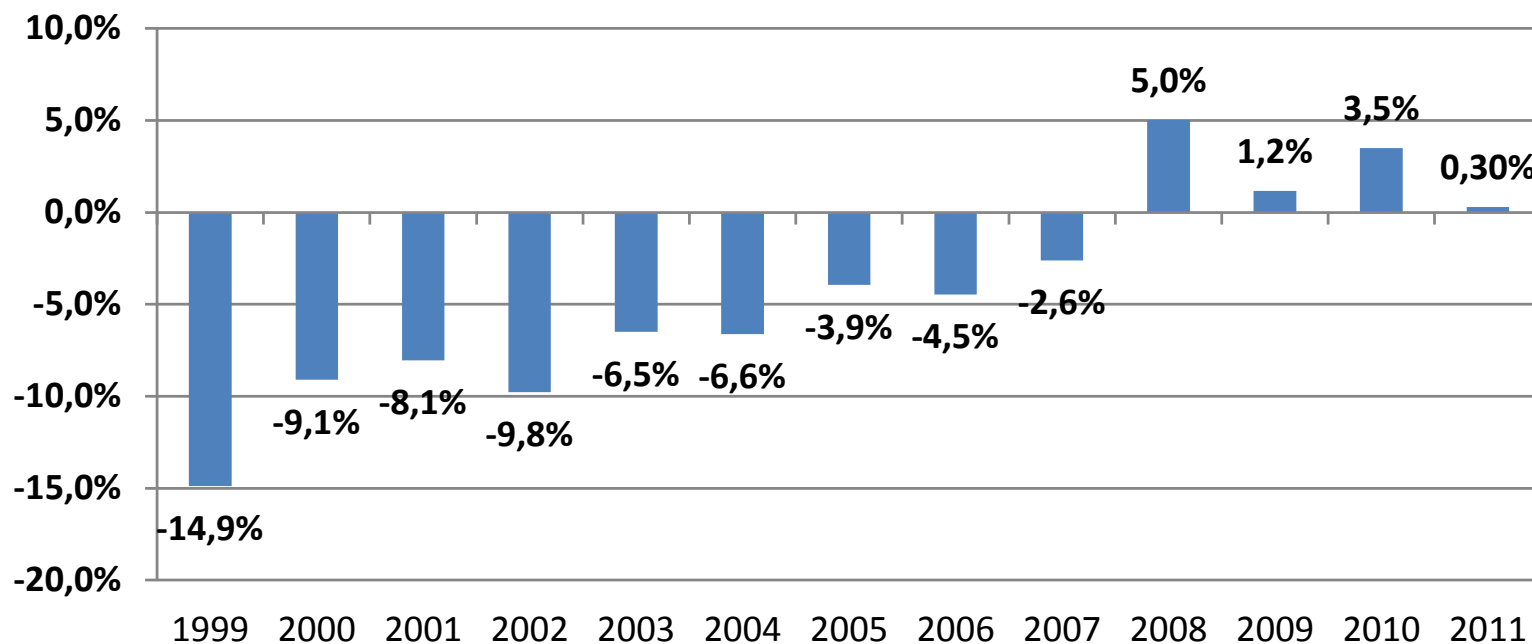
Em R\$ 1.000,00

Descrição	Valor	RCL - %
1. Total	2.438.878	8,7%
Financiamento:		
2. Operações de crédito	1.027.673	3,7%
3. Transferências de capital	495.836	1,8%
4. Rec.próprios (1-2-3)	915.369	3,3%
5. RCL (*)	28.094.528	100,0%

(*) Receita corrente - transferências dos municípios.

Margem para investimentos, 1999-2011

Em % da RCL

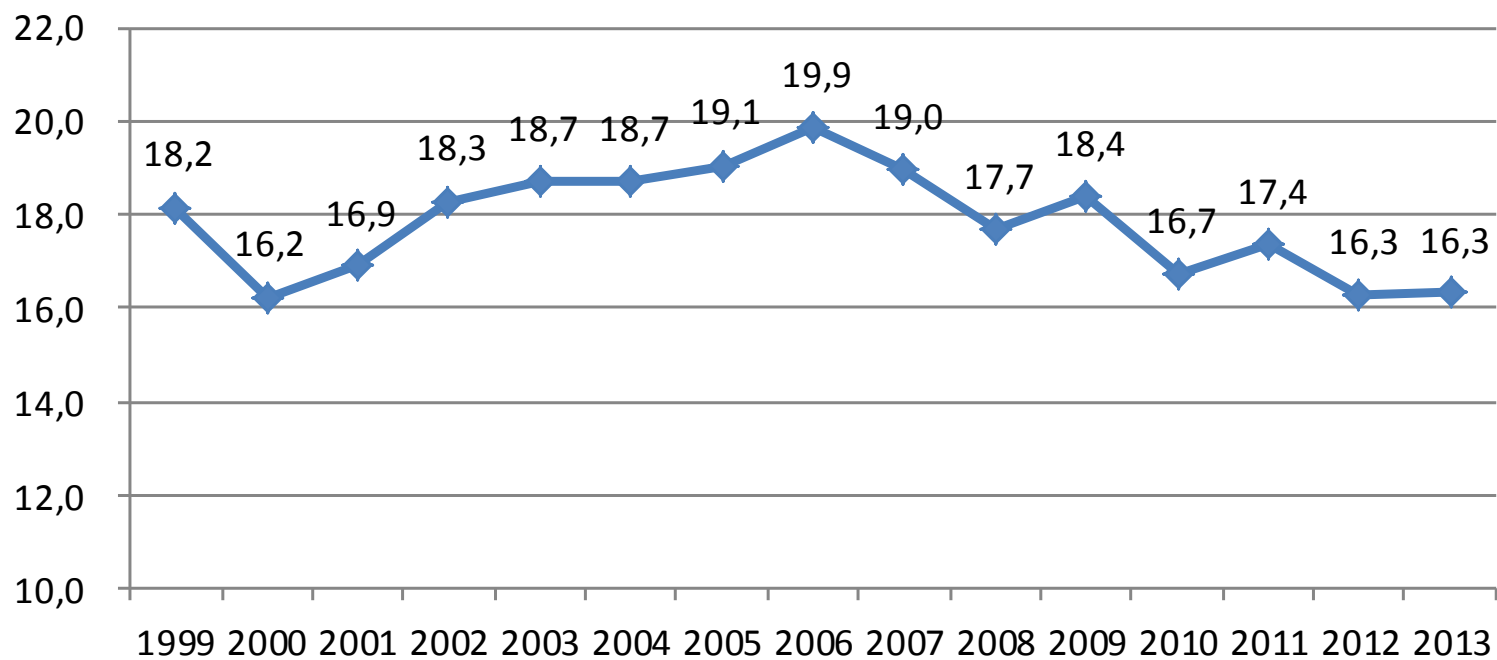


Demonstrativo das vinculações com educação e saúde

Descrição		Em R\$ 1.000,00
RLIT		22.484.044
Educação (MDE)		
Limite estadual	35,0%	7.869.415
Aplicação prevista	29,0%	6.520.722
Insuficiência	6,0%	1.348.693
Saúde		
Limite estadual	12%	2.698.085
Aplicação prevista		2.698.641
(-) Inativos	240.597	
(-) Transferências ao IPE	391.066	631.663
Aplicação legal		2.066.978
Insuficiência	2,8%	631.107
Insuficiência educação e saúde	8,8%	1.979.801

Observação: Ainda foram colocadas receitas fictícia de R\$ 1.201.277 mil, o que deverá reduzir ainda mais a aplicação em saúde.

Despesa dos outros Poderes em % da RCL



Obs.: Anos 2012 e 2013 propostas orçamentárias.

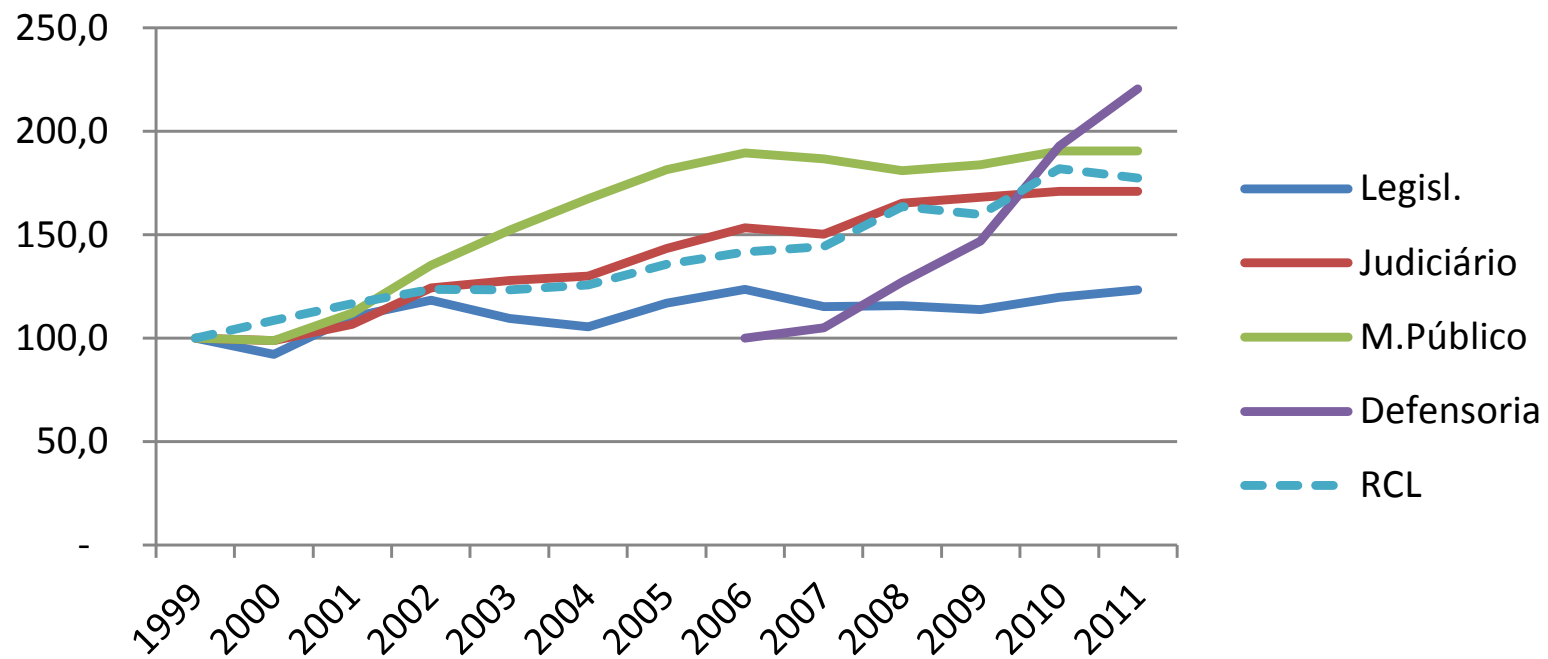
Evolução relativa da despesa dos Poderes (valores originais atualizados pelo IPCA)

Ano	Executivo (*)	Legislativo e TCE	Judiciário	M.Público	Defensoria	RCL
1999	100,00	100,0	100,0	100,0	-	100,0
2000	109,04	92,0	98,8	98,7	-	108,5
2001	108,52	110,1	106,7	112,2	-	116,6
2002	106,94	118,4	124,4	135,2	-	123,7
2003	97,82	109,4	127,8	152,2	-	123,2
2004	101,81	105,5	130,0	167,5	-	125,7
2005	102,43	116,9	143,3	181,5	-	135,7
2006	105,39	123,6	153,4	189,6	100,0	141,7
2007	110,77	115,3	150,3	186,6	104,9	144,4
2008	129,38	115,6	165,2	180,9	127,2	163,6
2009	122,06	113,8	168,1	183,9	146,9	159,8
2010	146,25	119,7	171,1	190,5	192,9	181,9
2011	137,08	123,3	170,9	190,5	220,6	177,3

Fonte: Site da Fazenda e balanços do Estado.

(*) Inclui serviço da dívida e exclui TCLM, que está na RCL.

Evolução relativa da despesa dos outros Poderes e da RCL, 1999-2011



Destques principais da proposta

- * Parâmetros considerados:
 - * PIB real: 5,5% e inflação 4,5%.
 - * Crescimento real da receita corrente: 7,4%
 - * (agosto 2012/2011: corrente 2,8%).
 - * Acréscimo calculado sobre a PLO 2012, que não se realizará na íntegra, com grau de realização até outubro de 0,94.
- * Receita fictícia: “Demais compensações financeiras”: R\$ 1,201 bilhão.
- * Vinculações não cumpridas:
 - * Educação : R\$ 1,350 bilhão
 - * Saúde: R\$ 632 milhões. Em desacordo com a LC 141/2012.
- * Déficit potencial: 3,2 bilhões.
- * Sem considerar a despesa com pessoal que, com a inclusão dos precatórios, está subestimada em R\$ 700 milhões, no mínimo.

Quadro 3.1 - Inequação orçamentária do Estado, 2011 (*)

Em % da receita corrente (RCO)

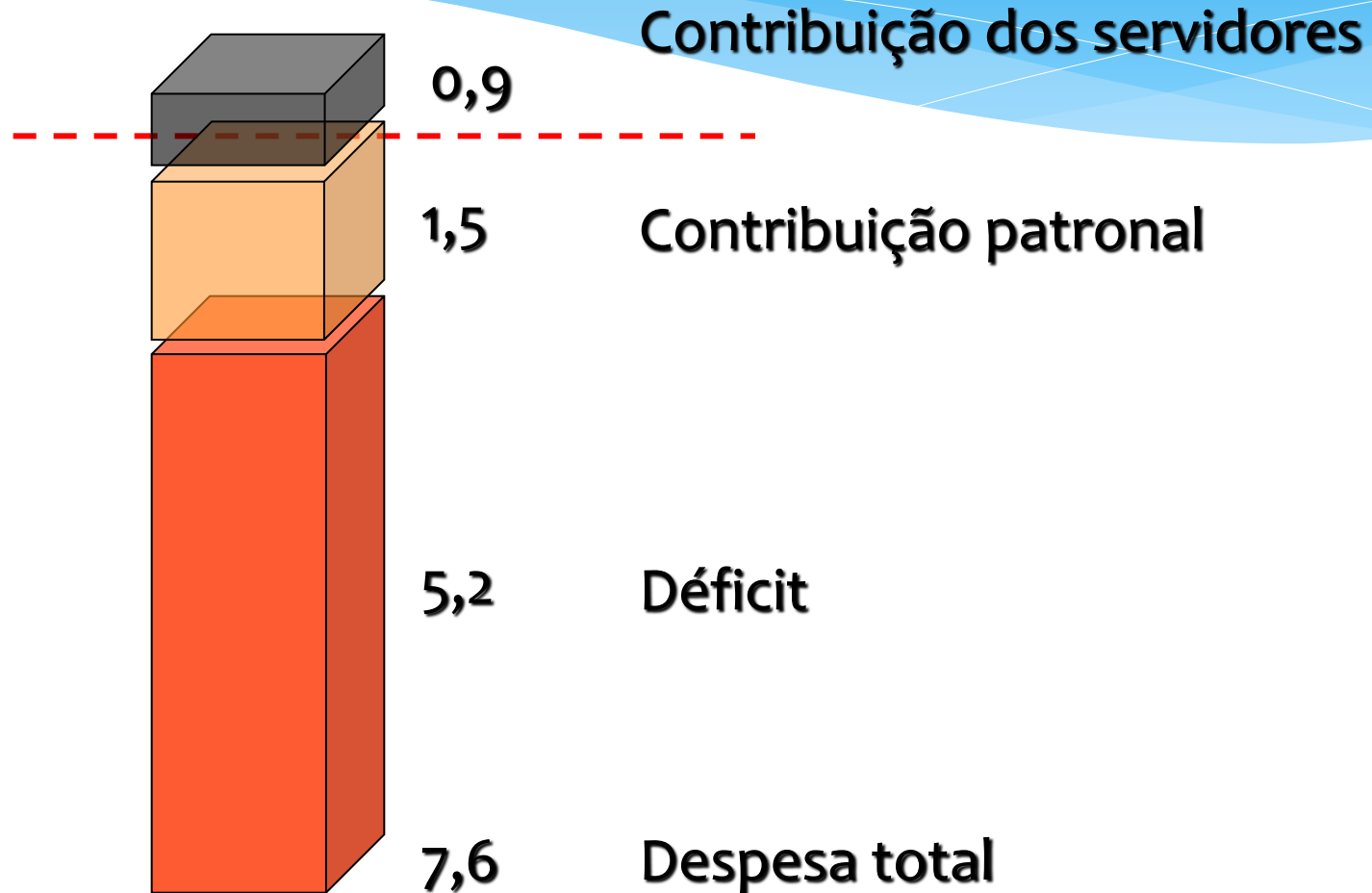
VINCULAÇÕES	65%	DESPESAS FIXAS	45%
Municípios		Secretaria e órgãos	
Educação		Pessoal (exceto educação e saúde)	
Saúde		Dívida extralimite	
Ciência e Tecnologia		Outros Poderes	
Precatórios		Outros gastos (exceto os decorrentes de vinculação)	
Dívida acordo 1998		Investimentos com recursos correntes	
RECURSOS LIVRES	35%	DÉFICIT POTENCIAL	10%

Vinculações não cumpridas: R\$ 2,9 bilhões ou 10,4% da RCO.

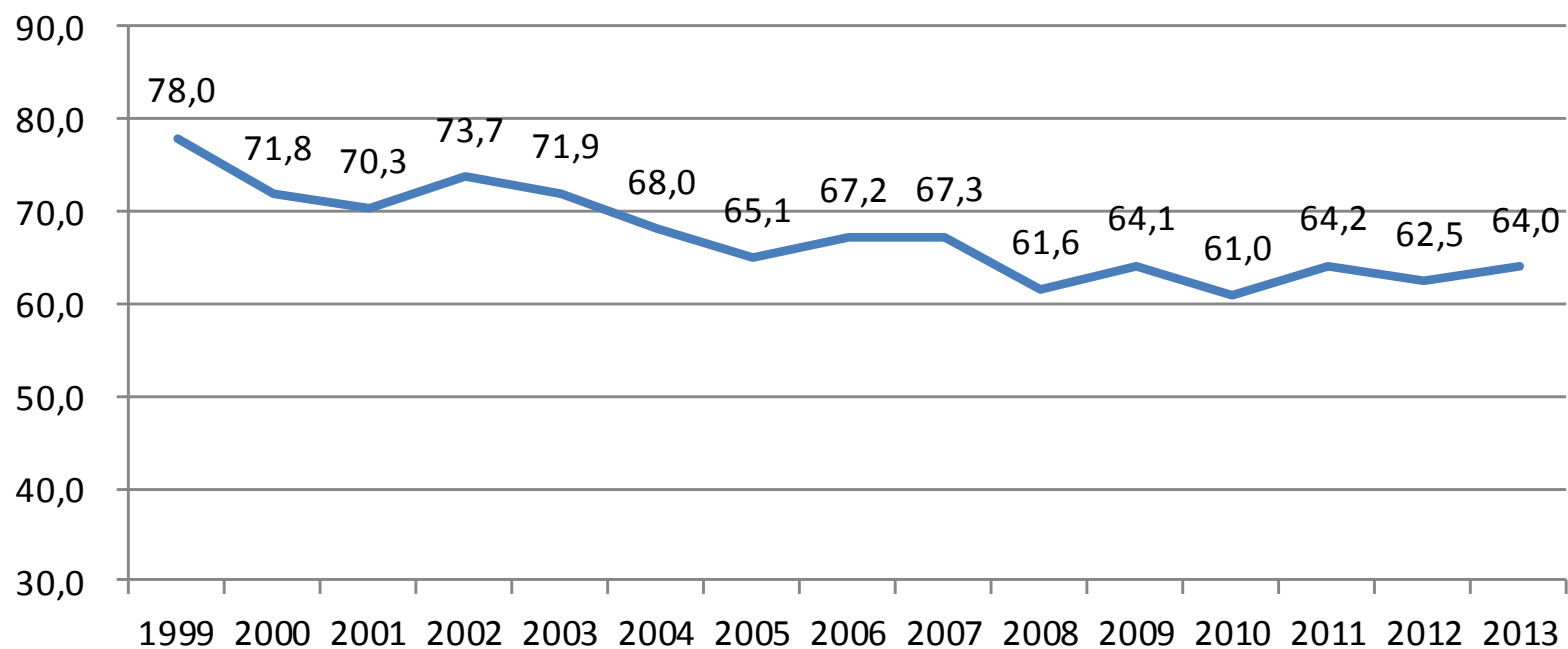
(*) Adotada o conteúdo da Lei Complementar nº 141/2012 para a saúde.

Déficit previdenciário 2011

Em R\$ bilhões



Despesa com pessoal em % da RCL



Obs.: Os dados de 2012 e 2013 são das peças orçamentárias respectivas.

Taxa média anual de crescimento da RCL e da despesa com pessoal por período governamental

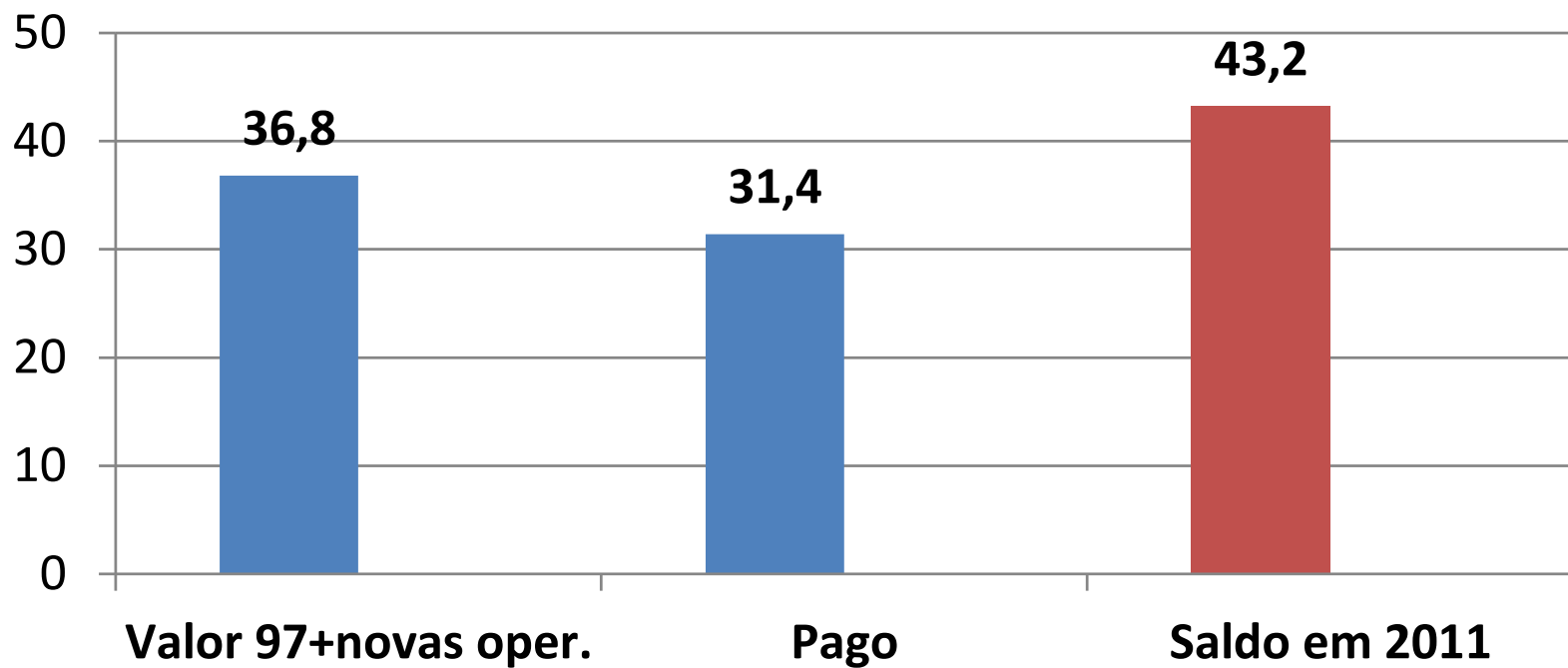
Períodos	RCL	D.Pessoal
2003-2006	3,8	1,4
2007-2010	6,6	3,9
2011-2013	3,2	4,6

Fonte: Dados brutos balanços do Estado

2011: Estimativa própria e 2012 Proposta Orçamentária.

Evolução da dívida

Em bilhões atualizados pelo IPCA



Receita disponível por esfera após as transferências, 2010

ANO	Central	Estadual	Municipal	Total	Central	Estadual	Municipal	Total
	Em % do PIB				Em % do total			
1960	10,40	5,90	1,10	17,40	59,4	34,0	6,6	100,0
1980	17,00	5,50	2,10	24,60	69,2	22,2	8,6	100,0
1988	14,00	6,00	2,40	22,40	62,3	26,9	10,8	100,0
2000	17,01	7,96	5,02	29,99	56,7	26,5	16,7	100,0
2010	20,04	8,70	6,42	35,16	57,0	24,7	18,3	100,0

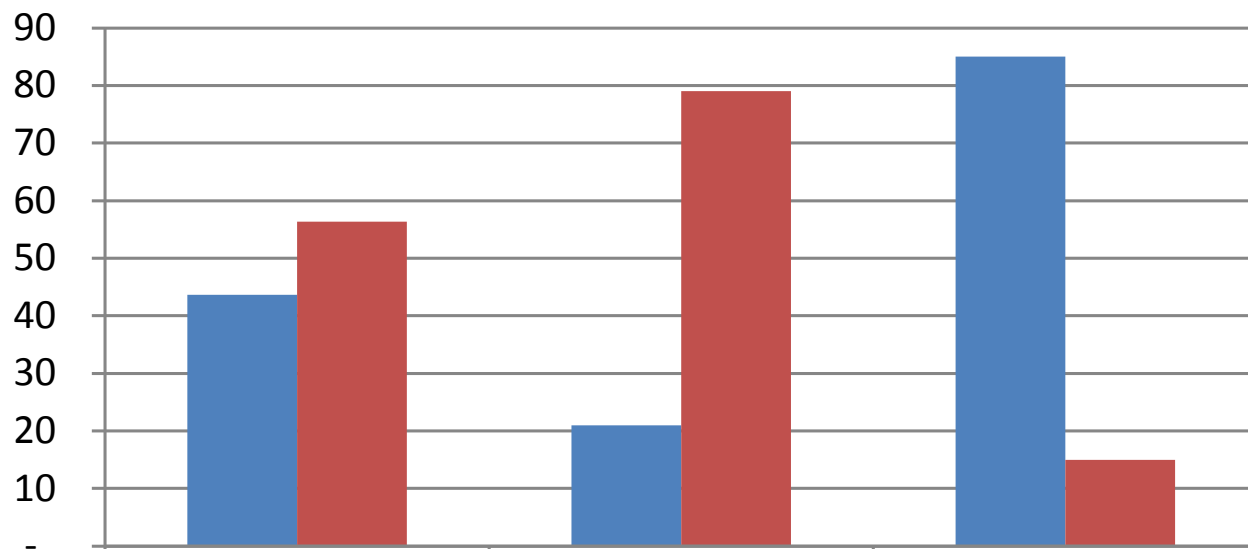
Fonte: Khair, Amir; Araújo, Erika Amorim; Afonso, José Roberto. Carga Tributária

- mensuração e impacto sobre o crescimento, até 1988. 2000: Receita Federal do Brasil

2010: Afonso, José Roberto e Castro, Kleber.

Da parcela da União, 2% do PIB ou 5,6% do total pertencem ao FGTS e ao Sistema S.

Distribuição do FPE por região



	População	Arrec.	FPE
■ NO, NE, CO	44	21	85
■ SD, SU	56	79	15

Conclusão

- * A proposta apresenta um déficit potencial de R\$ 3,2 bilhões, cumprindo integralmente as vinculações com educação e saúde, sem considerar que a despesa com pessoal está subestimada.
- * O déficit do Estado é estrutural, cuja causa principal são os gastos previdenciários. Há ainda os problemas conjunturais, que influem muito na produção primária.
- * Há também as causas externas decorrentes do pacto federativo e do acordo da dívida.
- * Tudo isso produz uma inequação orçamentária de difícil enfrentamento.

Cenário para 2015

1. R\$ 9 bilhões de precatórios mais outro tanto oriundo do não pagamento do piso do magistério, totalizando R\$ 18 bilhões.
2. Folha de pagamento acima de 65% da receita corrente líquida;
3. Aumento de R\$ 1 bilhão na folha do magistério, em 2015, se adotado o INPC. Hipótese melhor.
4. Reajustes aprovados para a Segurança Pública, que vão de 9,7% reais anuais a 15,6% na PC e de 7,8% a 10,2% na BM, tudo até 2018.
5. Algumas categorias com salários iniciais de R\$ 17.000,00.
6. Insuficiência de recursos previdenciários próxima a R\$ 8 bilhões, a preços de hoje.
7. Déficit orçamentário superior a R\$ 1 bilhão em 2014, como em 2012 e 2013.
8. Limite de endividamento esgotado e com operações realizadas acima do limite da LRF, se forem verdadeiras as informações divulgadas pela imprensa

Cenário 2015 - continuação

- * 9. Na ausência de renegociação da dívida, crescimento do estoque e do serviço da dívida em decorrência de novas operações.
- * 10. Sem cumprimento integral do percentual com saúde pública.
- * 11. Com margem de investimentos zerada, só sendo possível realizá-los com recursos de terceiros ou de venda de bens patrimoniais.
- * 12. Recursos do caixa único esgotados.

Crescimento da folha do magistério com a Proposta do Governo

Mês/ano	2012	2013	2014	2015
janeiro	791,08	921,73	1.040,54	1.329,29
fevereiro	791,08	977,03	1.040,54	1.329,29
março	791,08	977,03	1.040,54	1.329,29
abril	791,08	977,03	1.040,54	1.329,29
maio	868,90	977,03	1.108,18	1.329,29
junho	868,90	977,03	1.108,18	1.329,29
julho	868,90	977,03	1.108,18	1.329,29
agosto	868,90	977,03	1.108,18	1.329,29
setembro	868,90	977,03	1.108,18	1.329,29
outubro	868,90	977,03	1.108,18	1.329,29
novembro	921,73	1.040,54	1.260,00	1.329,29
dezembro	921,73	1.040,54	1.260,00	1.329,29
13° sal.	921,73	1.040,54	1.260,00	1.329,29
Média 2014	857,15	987,43	1.122,40	1.329,29
Com reaj.5,5% jan/2015		15,2%	13,7%	18,4%
Cresc.folha em 2015 próximo a				1 bilhão
Obs.: Não inclui o crescimento vegetativo em torno de 2,5% aa.				